

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.510 - DF (2019/0311314-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**IMPETRANTE** : **CELINA SANTOS DE VASCONCELLOS**  
**ADVOGADO** : **BRUNO MARCELO RENNO BRAGA E OUTRO(S)** -  
MG070438  
**ADVOGADA** : **JULLIANA CHRISTINA PAOLINELLI DINIZ** -  
SP182302A  
**ADVOGADA** : **MIRIAM EIKO GIBO YAMACHITA** - SP243290  
**IMPETRADO** : **MINISTRO DA DEFESA**  
**INTERES.** : **UNIÃO**

**DECISÃO**

**Vistos.**

Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por **CELINA SANTOS VASCONCELOS**, contra ato omissivo do Sr. Ministro de Estado da Defesa, objetivando o imediato cumprimento da Portaria n. 3.706/2004 (fl. 22e), que reconheceu ao seu cônjuge falecido, Sr. Antônio Ronald de Vasconcelos, a condição de anistiado político e o direito de receber a título de reparação econômica retroativa o valor de R\$ 193.272,45 (cento e noventa e três mil, duzentos e setenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), com juros e correção monetária (fls. 03/18e).

Argui, preliminarmente, a legitimidade da autoridade coatora e o cabimento da ação mandamental.

Alega que o falecido esposo da impetrante sofrera perseguição política durante a vigência do regime militar no Brasil, culminando no licenciamento das suas atividades remuneradas, sendo que, por meio da edição da Portaria n. 3.706/2004, houve a declaração a seu favor de anistiado político, dando-lhe o direito a receber uma quantia em dinheiro a título de reparação, dividida numa parcela a título de atrasados e numa prestação mensal, permanente e continuada.

Sustenta, ainda, que a autoridade coatora, ao deixar de promover o pagamento dos valores atrasados reconhecidos pela Portaria n. 3.706/1994 como devidos, viola os dispositivos da Lei n. 10.559/02 que determinam o prazo de 60 (sessenta) dias para o cumprimento de referida obrigação.

Ademais, afirma haver previsão orçamentária para o pagamento dos

atrasados, haja vista que a Lei n. 10.726/03 estipulou a abertura de crédito especial para o Ministério da Defesa no montante de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) a fim de que seja usado na reparação econômica dos anistiados políticos militares.

Dessa maneira, requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja cumprida a portaria anistiadora na sua integralidade, promovendo, assim, o pagamento da quantia de R\$ 193.272,45 (cento e noventa e três mil, duzentos e setenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), referente à parcela atrasada da reparação econômica, com aplicação de juros e correção monetária.

Acompanham a exordial os documentos de fls. 19/125e.

O Sr. Ministro Presidente desta Corte deferiu o pedido de assistência judiciária gratuita (fl. 130e).

Os autos foram a mim distribuídos em 18.10.2019 (fl. 134e) e a liminar foi indeferida (fls. 140/143e).

A União requereu seu ingresso, nos termos do art. 7º, II, da Lei n. 12.016/09 (fls. 136/137e), e assim foi certificada a alteração da autuação (fl. 138e).

Nas informações prestadas (fls. 160/173e), são alegadas:

*ILEGITIMIDADE ATIVA: há prova (certidão de óbito) nos autos no sentido de que a impetrante não era a única dependente econômica à época do óbito ou a titular da integralidade do valor pleiteado, impondo-se a denegação da ordem (art. 6º, § 5º, da Lei nº 12.016/2009, c/c art.*

*485, IV e VI, do CPC).*

*REVISÃO ADMINISTRATIVA: a portaria de anistia que fundamenta a impetração foi submetida a procedimento de revisão, conforme determinado pelo Advogado-Geral da União e pelo Ministro de Estado da Justiça (Portaria Interministerial nº 134, de 15/02/2011 - DOU de 16/02/2011). Por meio de Despacho nº 35 publicado no DOU de 12/01/2012, o Ministro de Estado da Justiça autorizou a abertura de processo de anulação da portaria de anistia, denotando a ausência de liquidez e certeza do direito pleiteado. Recente cancelamento da Súmula Administrativa 2002.07.0003 da Comissão de Anistia, que considerava a Portaria nº.*

*1.104/GM3/1964, como ato de exceção, em Sessão Plenária Administrativa realizada em 21/02/2018.*

*DESCABIMENTO DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA: cumpre destacar que recentemente, mesmo após o julgamento de Embargos de*

*Declaração pelo STF nos autos do RE 553.710/DF (Plenário, j. 01.08.2018 e DJe 24.08.2018), a Primeira Seção do STJ reafirmou o entendimento de que a via mandamental não comporta pleito de juros e correção monetária, sob pena de o mandado de segurança assumir contornos de ação de cobrança, a teor da Súmula 269/STF (MS nº 23.878, Rel. Min. Regina Helena, j. 24.10.2018 e DJe 14.12.2018).*

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da segurança (fls. 175/180e).

Por fim, informo que houve a impetração prévia do Mandado de Segurança n. 24.084/DF, no qual, após determinação de emenda da petição inicial, nos termos dos arts. 4º, 6º, 319 e 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil, não cumprida pela Impetrante, foi indeferida a petição inicial, consoante arts. 24 da Lei n. 12.016/09, 321, parágrafo único e 330, IV, do Código de Processo Civil (fls. 134/137e daqueles autos), com trânsito em julgado em 23.10.2018.

**É o relatório. Decido.**

Inicialmente, no que tange à legitimidade para a impetração do presente *writ*, é sabido que, na hipótese de óbito do anistiado político, o reconhecimento da titularidade dos efeitos financeiros retroativos, assim como a legitimidade para propor a medida judicial, varia de acordo com o momento em que ocorreu o óbito, valendo evidenciar três situações:

a) caso a data do óbito seja anterior ao início dos efeitos financeiros retroativos, ou seja, anterior ao início do período de apropriação mês a mês relativos aos efeitos financeiros retroativos das reparações econômicas devidas aos anistiados políticos, não há que se falar na existência de valores incorporados ao patrimônio do *de cujus* antes de seu óbito, nem em direitos financeiros transmissíveis aos herdeiros/sucessores do falecido. Nesta situação, todos os valores serão devidos aos dependentes econômicos, se houver, nos termos do art. 13 da Lei n. 10.559/2002, sendo que tal qualificação há de ser aferida por ocasião do falecimento;

b) se a data do óbito for posterior à data de retroação e anterior à data de julgamento da anistia, haverá valores de natureza distinta dentro do total referente aos efeitos financeiros retroativos: (1) os efetivamente incorporados ao patrimônio do *de cujus*, relativos ao período compreendido entre o início do período retroativo e a data do óbito, e que

constituem direitos financeiros transmissíveis aos herdeiros/sucessores do de cujus; e (2) os valores devidos aos dependentes econômicos, caso existam, referentes ao período compreendido entre a data do óbito e a data do julgamento da anistia, que se consubstanciam como reparação econômica mensal (art. 13 da Lei n. 10.559/2002). Nessa hipótese, todos os demais valores devidos mensalmente, a partir do julgamento da anistia política, inclusive o valor devido entre a data do julgamento da anistia e a data da efetiva implantação em folha de pagamento, cabem aos dependentes econômicos, se houver;

c) se a data do óbito for posterior à data do julgamento da anistia, os efeitos financeiros retroativos terão natureza jurídica única: a de valores incorporados retroativamente ao patrimônio do de cujus, relativos ao período compreendido entre o início dos efeitos financeiros e a data do óbito, que constituem direitos financeiros transmissíveis aos herdeiros/sucessores do falecido.

No caso, estamos diante da primeira hipótese acima assinalada, na medida em que a data do óbito do anistiado (08.01.1989 - fl. 18e) foi anterior ao início dos efeitos financeiros retroativos da portaria (fls. 22 e 30e), compreendido entre 19.08.1999 e 24.09.2004.

Portanto, não há que se falar na existência de valores incorporados ao patrimônio do *de cujus* antes de seu óbito, nem em direitos financeiros transmissíveis aos herdeiros/sucessores do falecido. Nesta situação, todos os valores serão devidos aos dependentes econômicos, se houver, nos termos do art. 13 da Lei n. 10.559/2002, sendo que tal qualificação há de ser aferida por ocasião do falecimento.

Extrai-se da certidão de óbito do Sr. Antonio Ronald de Vasconcellos que, na data de seu falecimento, anterior ao período retroativo em comento, deixou viúva, ora impetrante, e duas filhas menores, Adriana e Fabiana (fl. 38e).

Sendo assim, mostra-se clara a ilegitimidade ativa da Impetrante.

Nesse sentido:

**ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ANISTIA POLÍTICA. DECLARAÇÃO POST MORTEM. EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS. PERÍODO POSTERIOR À DATA DO ÓBITO. LEGITIMIDADE ATIVA DA ÚNICA DEPENDENTE ECONÔMICA: A VIÚVA. LITISCONSÓRCIO**

**COM OS FILHOS DO CASAL. DESNECESSIDADE. OMISSÃO DA AUTORIDADE IMPETRADA. ATO OMISSIVO QUE SE RENOVA CONTINUAMENTE. VIA PROCESSUAL ADEQUADA. JUROS MORATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA. CABIMENTO. SEGURANÇA CONCEDIDA.**

1. Concedida a anistia política post mortem, as parcelas retroativas concernentes à reparação econômica vencidas após o óbito do anistiado político não chegam a integrar seu patrimônio jurídico;

por conseguinte, não são transferíveis aos seus herdeiros e sucessores legais, mas àqueles considerados dependentes econômicos nos termos da Lei 10.559/02.

2. No caso, o ex-militar faleceu em 2/8/95, tendo sido concedida a anistia em 16/4/03, conforme Portaria/MJ 649, de 14/5/03, com o pagamento de reparação econômica retroativo a 15/5/97.

3. Sendo a impetrante, viúva do anistiado político, sua única dependente econômica para fins de percepção da reparação econômica, conforme certidão expedida pela Subdiretoria de Inativos e Pensionistas do Comando da Aeronáutica, tem ela legitimidade para figurar no polo ativo do presente mandado de segurança.

(...)

12. Segurança concedida.

(MS 17.371/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/06/2012, DJe 01/08/2012).

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO MANDADO DE SEGURANÇA. REPARAÇÃO ECONÔMICA. ANISTIA DE MILITAR. LEGITIMIDADE ATIVA DO ESPÓLIO.**

1. Os valores retroativos relacionados à reparação econômica devida em virtude da concessão de anistia política aos militares têm caráter indenizatório, ingressando na esfera patrimonial do espólio após o óbito do anistiado.

2. Caso em que, ao contrário do que alega a agravante, o anistiado político faleceu antes da impetração.

3. Compete àquele que é nomeado como inventariante comprovar esta condição, para defender os interesses do espólio, o que foi comprovado nos autos (fls. 293/294).

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no MS 23.163/DF, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/12/2018, DJe 17/12/2018).

**ADMINISTRATIVO. ANISTIA. VALORES RETROATIVOS. ILEGITIMIDADE ATIVA.**

I - Trata-se de mandado de segurança impetrado contra o MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO, por suposta omissão no cumprimento da portaria 683/2004, no tocante aos

valores retroativos relativos à declaração de anistiado do pai da impetrante.

II - Parecer ofertado pelo d. Ministério Público Federal, opinando pela concessão parcial da ordem (fls. 156-160).

III - O Superior Tribunal de Justiça, em hipóteses similares à presente, tem se manifestado no sentido de que os valores retroativos relacionados à reparação econômica devida em virtude da concessão de anistia política têm caráter indenizatório, ingressando na esfera patrimonial do espólio após o óbito do anistiado.

IV - Nesse contexto, compete à impetrante carrear aos autos os documentos que comprovam a sua nomeação como herdeira ou sucessora habilitada como inventariante, para defender os interesses do espólio, ou, na hipótese de encerramento do processo de inventário, de que lhe foi transmitido o direito à integralidade dos valores que seriam devidos ao anistiado político a título de efeitos retroativos de reparação econômica, com a exclusão dos demais herdeiros. Nesse sentido: Agint no MS 21732/DF, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro Gurgel de Faria, julgamento em 14/12/2016, DJe 16/02/2017; RMS 34252 AgR/DF, SEGUNDA TURMA, Rel. Ministro Teori Zavascki; Rel. para acórdão Min. Dias Toffoli, julgamento 06/02/2017.

V - Na hipótese, não houve comprovação de que o bem ora pleiteado tenha sido transmitido à filha/impetrante em partilha, o que denota sua ilegitimidade ativa.

VI - Agravo interno improvido.

(EDcl no MS 22.917/DF, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/4/2018, DJe 19/4/2018).

**PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ANISTIADO POLÍTICO. VALORES RETROATIVOS DA REPARAÇÃO ECONÔMICA. ILEGITIMIDADE ATIVA.**

I - O Superior Tribunal de Justiça, em hipóteses similares à presente, tem se manifestado no sentido de que os valores retroativos relacionados à reparação econômica devida em virtude da concessão de anistia política têm caráter indenizatório, ingressando na esfera patrimonial do espólio após o óbito do anistiado.

II - Nesse contexto, sob pena de extinção do mandado de segurança por ilegitimidade ativa, compete à parte impetrante trazer aos autos os documentos que comprovem a sua nomeação como inventariante para defender os interesses do espólio, ou, na hipótese de encerramento do processo de inventário, que lhe foi transmitido o direito à integralidade dos valores que seriam devidos ao anistiado político a título de efeitos retroativos de reparação econômica, com a exclusão dos demais herdeiros (Aglnt no MS 21.732/DF, Primeira Seção, Rel. Ministro Gurgel de Faria, julgamento em 14/12/2016, DJe 16/2/2017; (RMS 34.252 AgRJDF, Segunda Turma, Rel. Ministro Teori Zavascki; Rel. para

*acórdão Min. Dias Toffoli, julgamento 6/2/2017).*

*III - Agravo interno improvido.*

(AgInt no MS 22.909/DF, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/10/2017, DJe 10/11/2017).

Por outro lado, esta Corte Superior, em hipóteses similares à presente, tem se manifestado no sentido de que os valores retroativos relacionados à reparação econômica devida em virtude da concessão de anistia política têm caráter indenizatório, ingressando na esfera patrimonial do espólio após o óbito do anistiado.

Nesse contexto, compete ao impetrante carrear aos autos os documentos que comprovam a sua nomeação como inventariante para defender os interesses do espólio, ou, na hipótese de encerramento do processo de inventário, de que lhe foi transmitido o direito à integralidade dos valores que seriam devidos ao anistiado político a título de efeitos retroativos de reparação econômica, com a exclusão dos demais herdeiros.

Nessa linha:

**AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. ANISTIADO POLÍTICO. EFEITOS RETROATIVOS DA REPARAÇÃO ECONÔMICA. ILEGITIMIDADE ATIVA DA CÔNJUGE SUPÉRSTITE PARA POSTULAR ISOLADAMENTE OS VALORES RETROATIVOS. EXTINÇÃO DO MANDAMUS SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

*1. É flagrante a ilegitimidade da impetrante, na condição de cônjuge supérstite, para pleitear isoladamente a integralidade dos valores pleiteados, visto que não comprovada nos autos a condição de inventariante e herdeira do de cujus, o que inviabiliza a constituição de relação processual válida.*

*2. Os valores retroativos relacionados à reparação econômica devida em virtude da concessão de anistia política têm caráter indenizatório e ingressam na esfera patrimonial do espólio após o óbito do anistiado, razão pela qual caberia à impetrante trazer aos autos documentação comprobatória de sua nomeação como inventariante para defender os interesses do espólio, ou, na hipótese de encerramento do processo de inventário, de que lhe foi transmitido o direito à integralidade dos valores que seriam devidos ao anistiado político a título de efeitos retroativos de reparação econômica, com a exclusão dos demais herdeiros, o que não se verificou na hipótese*

*vertente.*

3. *Em casos análogos, esta Corte Superior já consolidou orientação de que, em razão da ilegitimidade ativa da viúva postular, em nome próprio, o pagamento do valor referente ao retroativo, impõe-se a extinção do mandamus, sem resolução de mérito diante da ausência de pressuposto processual para a postulação em juízo, a teor do art. 267, IV do Código de Processo Civil. Precedentes: MS 21.696/DF, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 1.7.2015; AgRg no MS 17.250/DF, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, DJe 6.8.2012; MS 17.372/DF, Rel. Min. HERMAN*

*BENJAMIN, DJe 8.11.2011.*

4. *Agravo Regimental de MARIA JOSÉ BARBOSA PONTES desprovido. (AgRg no MS 19098/DF, Relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 17/03/2016).*

**PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ANISTIA. MILITAR. PARCELAS PRETÉRITAS. ÓBITO. ILEGITIMIDADE ATIVA DE EX-COMPANHEIRA.**

1. *Hipótese em que a ex-companheira, isoladamente, impetrou writ visando ao recebimento do passivo, reconhecido em portaria que declarou anistiado político o convivente.*

2. *A certidão de óbito dá conta de que, além da impetrante, há outros 5 (cinco) herdeiros necessários. Faltou, porém, documento que comprovasse que, em partilha, a integralidade do bem ora pleiteado tenha sido a ela transmitida, o que enseja sua ilegitimidade para figurar no polo ativo da presente ação (art. 267, VI, do CPC).*

3. *Diante do falecimento do anistiado, os valores referentes ao retroativo ingressam na esfera patrimonial do espólio e, posteriormente, dos sucessores, uma vez encerrado o trâmite do respectivo inventário.*

4. *Segurança denegada, sem resolução do mérito.*

*(MS 21.696/DF, Relator Min. OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 01/07/2015).*

Na hipótese dos autos, a Impetrante não comprovou a sua condição de inventariante ou de que tenha sido transmitido a si o direito à integralidade dos valores referentes à indenização retroativa, já que não juntou cópia integral da escritura de inventários.

Registre-se, ademais, que em sede de mandado de segurança é indispensável que a prova do direito seja pré-constituída, sendo inviável a dilação probatória. Nesse sentido: AgRg no RMS n. 48.579/MS, 1ª T., Rel. Min. Olindo Menezes, DJe 04.02.2016.

Posto isso, **denego a segurança**, porquanto reconheço a ilegitimidade ativa



# *Superior Tribunal de Justiça*

de parte, nos termos dos arts. 6º, § 5º, da Lei n. 12.016/2009; e 34, XIX e 212, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Após as formalidades legais, archive-se os autos.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora